



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ata n.º 9/2019

No dia 27 de Novembro de 2019, pelas 11h15m, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Professor Doutor Pedro Romano Martinez, tendo estado presentes os seguintes membros:

Membros Docentes:

Professor Doutor Pedro Romano Martinez
Professora Doutora Paula Vaz Freire
Professora Doutora Raquel Brízida Castro
Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Membros não Docentes

Dr. Bertolino Campaniço

Membros Discentes

Dr. Pedro Farmhouse
Dr. João Lobo Espalha
Alexandra Jardim
Ana Sofia Ribeiro

Também participaram na reunião, nos termos estatutários e regimentais, a Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno e o Presidente da AAFDL, Filipe Gomes.

1. Foram aprovadas as atas n.ºs 6/2019, de 11 de julho, 7/2019, de 25 de setembro e 8/2019, de 30 de outubro.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

2. De seguida, foi analisado o ponto 2 da ordem de trabalhos, referente ao calendário de exames escritos da licenciatura, tendo sido atempadamente distribuídas aos conselheiros as propostas A e B de calendário. A Diretora Executiva e o Dr. Bertolino Campaniço explicaram que o calendário segue a ordem das frequências e cumpre o intervalo de dois dias entre cada exame, sendo que a diferença entre as duas propostas reside em começar ou não as provas no dia 3 de janeiro. Sublinharam que a proposta B implica uma alteração do calendário escolar, pois os exames não poderiam terminar a 20 de janeiro, mas sim a 21 de janeiro, ficando o primeiro turno de orais com menos um dia.

O Dr. Pedro Farmhouse informou que, em sede de RGA, os alunos, por unanimidade, manifestaram preferência pelo início no dia 6 de janeiro, considerando também o elevado valor das viagens para regressar antes de dia 6, para o caso dos estudantes residentes nas Ilhas.

Após a discussão, a proposta B foi aprovada por unanimidade, determinando-se assim o início dos exames escritos no dia 6 de janeiro e a conseqüente alteração do calendário escolar da licenciatura, terminando os exames escritos no dia 21 de janeiro.

3. Seguiu-se o ponto 3, referente ao calendário de exames do Mestrado em Direito e Prática Jurídica. O Dr. Bertolino Campaniço referiu que nesse Mestrado não há turnos de orais, sendo o período de tempo entre a 1.^a e a 2.^a épocas muito curto. Os alunos fizeram alguns pedidos de alteração da ordem, mas tal não foi possível por causa das coincidências. Também aqui se coloca a questão do início das provas no dia 3 ou no dia 6 de janeiro, sendo que, a começar a 6 de janeiro, é mais reduzido o espaço livre entre exames para acomodar as orais.

O conselho deliberou por unanimidade e, por uma questão de igualdade com a licenciatura, começar as provas da 1.^a época no dia 6 de janeiro, não se alterando a 2.^a época.



4. De seguida, foi analisado o ponto 4, referente à preparação do 2.º semestre.

O Dr. Bertolino Campaniço informou que a DAC vai começar neste momento a preparar os horários das aulas teóricas e das aulas práticas da licenciatura e do 2.º semestre do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, verificando, em função do número de alunos inscritos, se são necessárias mais subturmas.

A Diretora Executiva levantou a questão de saber se os horários deveriam ou não contemplar a regra de não haver aulas práticas em dias seguidos, não obstante a mesma já não constar do atual Regulamento de Avaliação, sendo uma recomendação do Conselho Pedagógico.

O Diretor, Professor Doutor Pedro Romano Martinez e Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues consideraram ser preferível, do ponto de vista pedagógico, não haver aulas práticas em dias seguidos, proposta que obteve a concordância dos conselheiros discentes. A Diretora Executiva salientou que tal teria como consequência piores horários para os docentes, que por vezes estão em regime de tempo parcial e têm de vir todos os dias à Faculdade apenas para lecionar uma aula. Após o debate, o Conselho considerou que seria de cumprir a recomendação do Conselho Pedagógico, salvo situações excecionais. Nessa medida, ficou pré-agendada uma reunião para o final de janeiro, por forma a que os membros do conselho possam analisar os horários antes do seu envio aos docentes e ver se é possível diminuir o impacto desta alteração.

5. Seguiu-se o ponto 5 ordem de trabalhos, referente às Tutorias.

A Professora Doutora Paula Vaz Freire apresentou o relatório enviado pelo Dr. André Marçal, que é um documento informativo de todo o processo seguido no âmbito das tutorias, incluindo as respostas dadas às dúvidas suscitadas pelos candidatos, a articulação entre o GRS e a DAC e ainda dados estatísticos sobre as candidaturas e as colocações.



Este trabalho é realizado com o GRS, que dá todo o apoio logístico às tutorias.

O Dr. Pedro Farmhouse pediu a palavra para saudar e elogiar o Dr. André Marçal pelo trabalho realizado, bem como pelo seu envio do relatório ao Conselho Académico. No entanto, sublinhou que o projeto “Tutorias 2.0” não avançou, pese embora tenha sido referido em Conselho Académico, o que poderia contribuir para uma maior coordenação entre os regentes e o tutor, podendo inclusivamente proporcionar a participação dos docentes em reuniões de tutoria. Por outro lado, embora reconheça as dificuldades de gestão do GRS, assinalou que recorrentemente há horários de tutorias à mesma hora, porque é dada aos tutores liberdade na fixação de horário.

Após a discussão, foi aprovado por unanimidade um voto ao Dr. André Marçal pelo trabalho feito, sendo ainda solicitado que sejam envidados esforços com vista a evitar a sobreposição de horários de tutores.

6. Seguiu-se o ponto 6 da ordem de trabalhos, referente à Tabela de Emolumentos. A Professora Doutora Paula Vaz Freire apresentou a proposta previamente enviada aos conselheiros, explicando que se trata da retificação do lapso existente no atual documento, em concreto à verba 9.16. Com efeito, o emolumento devido no âmbito da reformulação não se refere ao doutoramento, mas sim ao mestrado, e, mesmo no âmbito do mestrado, está apenas em causa a norma consagrada no artigo 58.º, n.º 1, do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, e não a regra do n.º 2 desse mesmo artigo 58.º. Assim, só se aplica o emolumento quando a reformulação é determinada pelo orientador, nos termos do artigo 58.º, n.º 1.

Após a apresentação do tema, o conselho aprovou por unanimidade a retificação.

7. Por último, seguiu-se o ponto 7 da ordem de trabalhos, referente aos outros assuntos.

O Dr. Bertolino Campaniço pediu a palavra e, no seguimento da análise feita pelo Conselho em reuniões anteriores, apresentou uma proposta de alteração do modelo das pautas de provas orais por forma a incluir a desistência. O novo modelo inclui a indicação de que o aluno deverá ter falta quando não esteve presente e deverá ser colocada a indicação de desistência quando tenha desistido presencialmente. Os conselheiros manifestaram a sua concordância com esta proposta.

8. De seguida, a Professora Doutora Paula Vaz Freire salientou que no dia 12 de dezembro será realizada a cerimónia de entrega dos diplomas aos licenciados do ano letivo de 2018/19. Este ano, pela primeira vez, a Alumni irá atribuir o prémio “Pessoa Singular de Utilidade de Pública” a duas personalidades, sendo uma delas indicada pela própria Alumni e a outra pela FDUL. A razão de ser do prémio é a projeção para além da Faculdade de Direito e do Curso de Direito, sublinhando-se outras valências dos licenciados em Direito na sociedade. Após o debate, o Conselho deliberou por unanimidade propor a atribuição do prémio em 2019 ao Professor Doutor Paulo Pitta e Cunha, destacando a sua intervenção na elaboração de importantes códigos no âmbito da reforma fiscal e o papel na integração de Portugal na União Europeia.

9. O Presidente da AAFDL, Dr. Filipe Gomes referiu, no que respeita à notícia publicada no dia anterior sobre a AAFDL, que a mesma tem várias imprecisões que deverão ser corrigidas, sublinhando que se trata de uma instituição que tem mais de 100 anos de história.

10. O Dr. Pedro Farmhouse pediu a palavra para fazer uma apresentação relativa aos últimos dois anos de atividade do Conselho Académico, que se junta em anexo à presente ata.

11. O Diretor, Professor Doutor Pedro Romano Martinez, agradeceu o esforço e empenho de todos os membros do Conselho Académico no último mandato. Também a Professora Doutora Paula Vaz Freire agradeceu o esforço, dedicação e empenho colocado pelos conselheiros discentes e em particular pelo Dr. Pedro Farmhouse, salientando que, num clima de cordialidade e diálogo, o que não quer dizer seguidismo nem subjugação, foi possível construir uma escola melhor. Deu como exemplo o caso das bolsas de mecenato, sublinhando que já foram atribuídas cinco bolsas a alunos de licenciatura pela Uría Menendez.

12. Finda a reunião, ficou decidido o envio e subsequente aprovação da ata da presente reunião por correio eletrónico.

O Presidente do Conselho Académico



(Professor Doutor Pedro Romano Martinez)

A Secretária



(Professora Doutora Cláudia Madaleno)

Ex.mo Presidente do Conselho Académico, Professor Doutor Pedro Romano Martinez,

Ex.mos Conselheiros,

Ex.ma Diretora Executiva,

Ex.mo Presidente da AAFDL,

Há dois anos entrei neste Conselho com o desejo de corrigir muitas imperfeições e tentar melhorar a experiência vivida pelos meus Colegas, aqui nesta que, muitas vezes, é a sua primeira casa. Hoje, a Faculdade de Direito está diferente. Para contextualizar temos, necessariamente, de voltar a dezembro de 2017. A Faculdade de Direito tinha fechado, não havia estabilidade no Regulamento, havia guerra aberta entre alunos e professores e um descontentamento generalizado com o estado da Faculdade que, com ou sem razão, caberá à História sentenciar. Este Conselho Académico era um campo de batalha em que a orientação era o litígio constante, de oposição muitas vezes com características pouco construtivas. Quando entrei, acompanhado pelo Adolfo, pelo Tiago e pelo Rodrigo o objetivo era pacificar a Escola, exercendo um mandato que conseguisse equilibrar a defesa firme dos interesses dos estudantes e a capacidade de progredir e avançar em muitas questões que sentíamos que estávamos a ficar para trás. Um mandato diplomático, mas exigente das responsabilidades de quem exercia as funções de governação. Não podia, no seguimento, deixar de agradecer a todos os Conselheiros de Escola que confiaram em nós a difícil missão de ser a voz dos alunos neste Conselho.

Depois de dois anos de mandato, cumpre apresentar esta intervenção. Por este Conselho passaram Presidentes da AAFDL, facilmente identificáveis, que durante o mandato inteiro apenas procuraram, neste mesmo sítio, a discórdia, o caos e a desagregação de uma relação de trabalho que muitos frutos permitiu colher em defesa dos interesses dos alunos. Esses ficaram com o seu merecido lugar na história: uma nota de rodapé, um pequeno acidente de percurso, representantes esses que muitas vezes nem se dignavam a assistir às reuniões. Por isso mesmo deixo duas notas a quem merece ser mais que rodapé: ao Gonçalo Martins dos Santos e ao Filipe Gomes. Ao Gonçalo, muitas vezes divergimos e muitas vezes tivemos posições absolutamente antagónicas, no entanto, respeito as suas posições sendo as que ele achava que melhor representavam os estudantes e pela postura institucional irrepreensível que teve com os discentes do Académico. Ao Filipe, pelo restaurar daquela AAFDL que se perdeu no entretanto, aquela que luta incessantemente pelos colegas mas que respeita os seus pares e traça os seus planos na base de uma política de conversações positivas mas firmes, com um absoluto sentido de responsabilidade que orgulharia certamente os que ajudaram a construir a mais que centenária história da AAFDL, em especial, Ribeiro Santos.

Cumpre fazer um apanhado dos últimos dois anos, dois anos que foram coincidentes com a Direção do Prof. Romano Martinez. Quando me candidatei em 2017, a imagem que tinha era profundamente negativa. Um Diabo pintado por quem de perto trabalhava, uma Direção intransigente e cega das necessidades dos alunos, que fomentava o Mal por onde passava e cuja principal missão era dificultar a vida dos pobres coitados que passavam pelas portas desta que é a melhor Faculdade de Direito do País. Cedo me desenganei. Encontrei cooperação, sensibilidade e diplomacia. Acima de tudo, um respeito forte pelas posições dos alunos mesmo quando delas discordavam. Depois de tudo o que foi alvo, dei sentido à frase: “Quem se exalta será humilhado, quem se humilha será exaltado”. Merece, portanto,

exaltação e reconhecimento. O que não quer dizer que o mandato tenha sido incólume, muitas vezes discordei e acho que se poderia ter chegado muito mais longe do que se chegou mas não posso negar, hoje a FDL é um sitio melhor que há dois anos. No entanto, erros persistem que precisam de ser corrigidos o mais rapidamente possível, deixando como legado a quem quiser aproveitar:

- 1- O desrespeito de (alguns) docentes pelos Regulamentos aprovados pelos Órgãos competentes, em especial, o Regulamento de Avaliação;
- 2- A distribuição de serviço docente continuar a ter erros claros como a não obrigatoriedade de divisão da turma de Penal de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, recordando o afirmado em reuniões anteriores: não há nenhum docente que se possa afirmar maior que a nossa Instituição, nem que os órgãos devidamente constituídos;
- 3- A falha na formação pedagógica dos docentes, em especial dos mais jovens
- 4- Uma política de contratações de assistentes convidados baseada exclusivamente na média sem consideração alguma (com raras exceções) pela capacidade de transmitir conhecimentos;
- 5- A falta de responsabilização quando cometem falhas graves, nomeadamente recompensando-os com lugares em listas candidatas aos órgãos, ainda que em lugares pouco relevantes;
- 6- A dificuldade em aceitar a mudança, traduzindo-se numa maior preponderância da Tradição, face à Inovação, sem conseguirmos atingir o desejado Ótimo de Pareto.

Em suma, repetir o que já disse o atual Presidente e para sempre Professor desta casa, Marcelo Rebelo de Sousa: “Ser professor significa não envelhecer, contactar com gerações sempre diferentes - com problemas diversos ou com os mesmos problemas, mas colocados de forma diversa - o ter de muda métodos, ter de mudar formas de aproximação dos problemas”.

Permitam-me, agora, o exercício meramente exemplificativo, exatamente contrário. Afirmar o que conseguimos, Lado a Lado, no último mandato, onde reinou a cooperação e a lealdade institucional, que só por aqueles que possuem má fé e más intenções fazem confundir com subjugação ou controle. Fácil é olvidar os avanços que se fizeram até porque a algumas coisas já estão tão solidificadas que as damos por garantidas.

Quem não se lembra dos tempos em que a Biblioteca não abria ao Sábado (não escondendo a real possibilidade de aumentarmos os horários e o pedido para que os próximos que ocuparem este lugar Lutem por isso), Quem não se lembra de quando não se podia pedir ao fim-de-semana uma sala para fazer um trabalho de grupo,

Quem não se lembra das lutas que foram tidas pelo desdobramento de subturmas de forma a permitir maior qualidade de ensino aos discentes, Quem não se lembra de quando lançávamos as colocações em Mestrado em setembro, criando situações absolutamente insustentáveis para alunos internacionais e criando instabilidade nos nacionais,

Quem não se lembra de quando não havia critérios definidores que fossem justos e protegessem devidamente os alunos internos no acesso aos estudos pós-graduados, quem não se lembra de quando se pagava uma taxa para ter acesso a um exame e quando se pagava mesmo quando o pedido de revisão de prova era procedente.

Quem não se lembra quando não havia um mecanismo de publicação de trabalhos dos alunos incentivado pela Direção,

Quem não se lembra quando os estudantes não tinham voz na política de aquisição de obras da Biblioteca

Quem não se lembra de não termos um projeto energético no âmbito do POSEUR.

Quem não se lembra quando não havia uma expansão da Biblioteca a ser construída;

Avanços importantes, que efetivamente motivaram alterações positivas nas rotinas de todos os que frequentam a Faculdade e muitos deles que enfrentam poderosos desafios diários. Mas não embarquemos numa narrativa que está tudo feito. Muito deixamos pelo caminho. É prioritário resolver questões que infelizmente caíram no esquecimento ou foram para a gavetas que ainda não ousamos abrir ou reabrir, como por exemplo:

- Adoção de políticas de incentivo à Tutoria, Projeto Tutoria 2.0;
- Dinamização do Gabinete de Consultoria Jurídica;
- Incentivo ao funcionamento do Centro de Arbitragem;
- Programa sério de aumento das receitas, nunca tendo sido apresentado o programa global que combinamos no momento do aumento das propinas;
- Mais audiências como ao Professor Bibliotecário;
- Criação de mais especialidades de Mestrado e aumento das parcerias com entidades nacionais e internacionais;
- Atribuição do nome de Ribeiro Santos ao Auditório;

Este é o legado que juntamente com todos vós e, em especial, com os meus colegas discentes atuais e passados, tenho o maior orgulho em deixar. Sei que, por vezes, peço por escasso. No entanto, garanto que foram dois anos de dedicação contínua à causa da nossa faculdade e com o maior sentido de missão que encontrei dentro de mim, tendo sempre em vista os interesses da faculdade em geral e dos alunos em particular. Foi das maiores honras da minha vida servir os meus colegas e servir esta que tem sido a minha Casa ao longo dos últimos 7 anos. Servir esta que é e continuará a ser a melhor Faculdade de Direito do País, portanto, a última palavra vai para todos os que me deram esta oportunidade e aqueles com quem discuti os assuntos e me permitiram cumprir o meu mandato da melhor forma possível, nesta reunião presto o meu humilde agradecimento.

Um filósofo espanhol, Juan Vives, disse um dia “A justiça é o vínculo das sociedades humanas; as leis emanadas da justiça são a alma de um povo”, tendo em conta a ligação umbilical que existe entre a FDL, a justiça e as Leis não podemos ausentar-nos do nosso papel fundamental de ajuda na definição da alma do povo português. Só temos de continuar a prosseguir dois objetivos: Honrar o Passado e Evoluir no Futuro. Não só pelos funcionários, docentes e discentes desta casa, mas pelo nosso País, para estar à altura do

Legado desta Faculdade, certamente a mais marcante no ensino universitário português. Que continuemos a fazer desta a melhor Faculdade de Direito de Portugal.

Pedro Gonçalo Farmhouse

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Gonçalo Farmhouse'. The signature is fluid and cursive, with the first name 'Pedro' being the most prominent.